

Recesso do Congresso em julho será mantido

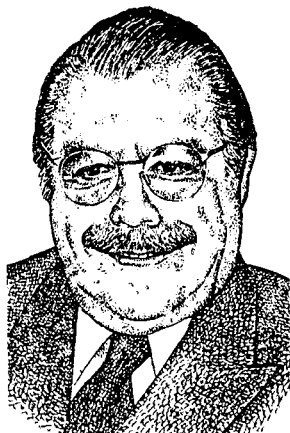
Votação das emendas no Senado fica para agosto

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

As reformas constitucionais da ordem econômica, que flexibilizam os monopólios estatais, só serão votadas definitivamente pelo Senado a partir de agosto. Esse é o principal resultado da decisão de manter o recesso parlamentar em julho, tomada ontem, conjuntamente, pelos presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso, da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, e do Senado, José Sarney.

“Não havia motivos urgentes, nem relevantes, para a convocação extraordinária do Congresso em julho”, justificou Sarney depois da reunião com Luiz Eduardo e Fernando Henrique, que foi no Palácio do Planalto. Segundo ele, há sete anos o Congresso não respeita o recesso, por causa de sucessivas crises. “Portanto, a decisão de agora é um grande atestado do estado de normalidade em que vive o País”, acrescentou.

Ainda ontem à noite, as lideranças governistas ainda tentavam descobrir bre-



José Sarney

chas regimentais que permitissem a votação de pelo menos uma emenda da ordem econômica ainda neste mês: a do gás canalizado, aprovada na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e pronta para ser votada em primeiro turno já na próxima terça-feira. O segundo turno estava previsto para 3 a 7 de julho.

Todas as demais emendas ficarão para o segundo semestre: cabotagem, empresa nacional, telecomunicações e petróleo. E a Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que poderia ser adiada para julho e garantir algumas votações, dispensando uma convocação formal extraordinária – já tem data marcada de votação: dia 28, quarta-feira que vem, dois dias antes do recesso.

Pesaram na decisão de manter o recesso parlamentar os seguintes fatores: a aprovação das emendas dos monopólios é considerada líquida e certa no Senado, seja agora, seja em agosto, por causa da ampla margem de votos favoráveis ao governo; a convocação extraordinária custaria uma verdadeira fortuna aos cofres públicos, em pagamento de salários adicionais para os 584 deputados e senadores; os parlamentares vêm de uma maratona que começou com o “impeachment”, passou pela CPI do Orçamento, chegou às eleições gerais e, enfim, à votação das reformas. Como vinha insistindo o líder do governo no Senado, Elcio Alvares, todos estão exaustos.